

Vinculado ao projeto *Governadores da fronteira: Colônia de Sacramento e Rio Grande de São Pedro (1680-1808)*, o presente trabalho analisa a trajetória político-administrativa do Cel. Diogo Osório Cardoso – terceiro governante do período de comandância militar – que governou o Rio Grande de São Pedro de 1740 à 1752. Tomando como fonte primária, documentos transcritos do Arquivo Ultramarino de Lisboa – Projeto Resgate –, podemos evidenciar uma mudança na postura política de consolidação da hegemonia portuguesa na fronteira meridional do Império, até então voltada mais para a presença militar e construção de presídios, que visassem guarnecer a fronteira e a posse da Colônia de Sacramento. Mas que, a partir deste momento, desloca-se para a necessidade de povoamento do interior do território, por casais portugueses, provenientes dos Açores e da Madeira. Entretanto, é recorrente em vários episódios retratados na correspondência do período, bem como o caráter de grande parte delas, as solicitações – só eventualmente cumpridas – de envio de providências para a população tanto militar, quanto civil, que se encontra nesta região tão periférica, porém estratégica, da Coroa. Portanto, nossa pesquisa, ainda em fase inicial, tratará de abordar alguns paradoxos entre as reais intenções políticas de Portugal e este suposto “descaso” para com a viabilização efetiva das mesmas, bem como a participação do governador Diogo Osório, que passa de uma posição de chefia militar para uma atuação majoritariamente administrativa, tendo que gerir desde crises sociais internas, como a “Revolta dos Dragões”, até a inserção dos novos casais chegados ao Rio Grande. E por fim, procurando-se compreender estas contradições, dentro do momento de relativa calma e armistício entre o litígio luso-espanhol pela fronteira e a certa instabilidade política na diplomacia que antecede o Tratado de Madrid.